Fernanda Liberali
Antonieta Megale
Jorgelina Tallei
Viviane Carrijo
(Organizadoras)

DIÁLOGOS INSURGENTES

PERSPECTIVAS DECOLONIAIS EM TRANSFORMAÇÃO

Pontes

Todos os direitos desta edição reservados à Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia sem a autorização escrita da Editora. Os infratores estão sujeitos às penas da lei. A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Este livro foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Processo nºnº 88881.000626/2024-01, verba destinada ao Programa de Pós-Graduação Educação: Currículo da PUC-SP.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Avaliadores:
Adolfo Tanzi Neto (UFRJ - Rio de Janeiro)
Cláudia Graziano Paes de Barros - (UFMT - Cuiabá)
Elias Paulino da Cunha Júnior - (UNIFESP - Guarulhos)
Larissa Picinato Mazuchelli - (UFU - Uberlândia)
Mariana Reis Mendes - (PUC-SP - São Paulo)
Sandra Santella - (Secretaria Municipal da São Paulo)
Tereza Maria Spyer Dulci - (UNILA)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L695d Liberali, Fernanda Coelho (Org.) et al.
Diálogos insurgentes: perspectivas decoloniais em transformação /
Organizadoras: Fernanda Coelho Liberali, Antonieta Megale, Jorgelina Tallei e Viviane Letícia Silva Carrijo. – 1. ed. –
Campinas, SP : Pontes Editores, 2024

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-217-0560-4.

1. Educação. 2. Formação de Professores. 3. Linguística.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadoras.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação. 370
2. Formação de professores – Estágios. 370.71
3. Métodos de ensino instrução e estudo– Pedagogia. 3713
4. Linguística. 410

Fernanda Liberali
Antonieta Megale
Jorgelina Tallei
Viviane Carrijo
(Organizadoras)

DIÁLOGOS INSURGENTES

PERSPECTIVAS DECOLONIAIS EM TRANSFORMAÇÃO

Copyright © 2024 - Das organizadoras representantes dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração: Eckel Wayne
Revisão: Viviane Letícia Silva Carrijo

PARECER E REVISÃO POR PARES
Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos
para avaliação e revisados por pares.

Conselho Editorial:

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)
Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)
Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)
Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)
Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)
Glaís Sales Cordeiro
(Université de Genève - Suisse)
José Carlos Paes de Almeida Filho
(UnB – Brasília)
Rogério Tilio
(UFRJ – Rio de Janeiro)
Suzete Silva
(UEL – Londrina)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES
Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 - Jd. Chapadão
Campinas - SP - 13070-118
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br

O FLORESCER: A GESTÃO ESCOLAR COMO UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA AOS SEDIMENTOS COLONIAIS

Joyce Suellen Lopes Dias

Se quer saber o final, preste atenção no começo.
Provérbio Africano

Não consigo prever o final, mas sigo certa que começamos bem, quando penso que estamos pensando uma educação para todas e todos, sem exceção. É um movimento decolonial de abrir gretas, como aponta Walsh (2019), denunciar qualquer tipo de conduta que não esteja alinhada à escola como espaço dos diversos é nosso dever enquanto gestores educacionais e educadores em constante formação.

Participei, no início de 2024, de uma reunião de formação de gestores oferecida pela SME/ SP, a formadora, em questão, nos apresentou uma possibilidade de gestão para eficiência, na qual a linguagem e pensamento organizacional nos levavam a uma perspectiva de gestão como um espaço de construção de uma ideia de monitoramento, um gestor para vigiar, em uma perspectiva mais corporativa do que educacional. Ao gestor educacional, dentro de uma perspectiva crítica, cabe construir um espaço de construção coletiva de uma educação de qualidade e não monitorar os educa-

dores da unidade. A formadora não atuava na educação municipal, ela era professora de gestão na universidade, ponto importante, quando pensamos em discutir espaços educacionais. Por que, na maioria das vezes, os responsáveis pela formação dos profissionais de educação não fazem parte de uma rede educacional pública?

Em pesquisa efetuada no ano de 2024, com gestores educacionais, identifiquei que a maioria dos educadores indicou se basear em autores homens, brancos para subsidiar sua prática gestora, importante salientar que não desmereço os trabalhos dos colegas pesquisadores, contudo, a maioria das gestoras educacionais, conforme censo de 2023 do MEC, 80,6% são mulheres, pensando nas redes públicas de educação básica, somos: estadual (66,1%) e municipal (83,7%). Essas redes são responsáveis pelo atendimento de estudantes que acessam à rede pública, os quais, majoritariamente, pertencem às classes de pais trabalhadores, famílias negras, indígenas, migrantes, mães solo etc. Diante desses números, me direcionarei, por escolha política e decolonial, majoritariamente, às mulheres, sem desmerecer o trabalho dos gestores, contudo, visando enfatizar o fazer educacional das semelhantes educacionais e ser uma voz entre tantas pesquisas de representatividade, uma vez que sou uma gestora preta e mulher em uma sociedade cujas vozes das maiorias minorizadas ainda seguem em sussurros.

Como gestora educacional, entendo que seja de grande impacto fazermos um movimento de escolha intencional, nas encruzilhadas educacionais, em vistas de buscarmos ouvir as vozes dessas gestoras educacionais para construção de uma educação contracolonial, "o contracolonialismo é simples: você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo" (Bispo, 2023, p.59).

Entretanto, antes de termos esse movimento contracolonial, é preciso que o movimento decolonial, de denúncia e busca de aberturas exista, ou seja, precisamos impulsionar uma discussão acerca da gestão existente, das dificuldades que encontramos no modelo atual, superando o que nos coloniza.

Diante de teorias e falas que não representam aquelas e aqueles que são maiorias minorizadas na educação brasileira, peço Ago[1] e pergunto, com a força das ancestrais que me antecederam, fazendo coro com Spiviak (2014): "Pode o subalterno falar?". Entro nesse xirê[2] epistemológico, respondendo à pergunta a partir de uma ancestral cuja força e sabedoria me movimentam nesse Ayê[3], Lélia Gonzalez (1984), e respondo, fazendo ouvir a voz de uma das nossas matriarcas epistemológicas. Pode, pois agora "o lixo vai falar e numa boa!".

Ao acessar a direção tinha uma certeza: somente o engajamento coletivo pode mudar espaços e estruturas que parecem impossíveis de serem transpostas. Iniciei com as esperanças renovadas em uma sociedade que pode e tem toda a possibilidade de ser mais humana e plural. Enquanto diretora escolar tenho certeza de qual é o meu papel enquanto servidora municipal da educação, na cidade de São Paulo. Carrego, fortemente em mim, outra certeza: não há possibilidade de pensar uma educação pública de qualidade social que não tenha presença constante e atuante dos diversos povos e culturas que compõem nossa sociedade. "Nunca mais uma educação sem nós", parafraseando a frase dita pelas ministras Ariele Franco e Sônia Guajajara. Nunca mais uma educação que não valorize a riqueza e diversidade desse país e do mundo. Nunca mais uma educação que silencie, anule e desvalorize os diversos saberes.

1 Palavra Iorubá utilizado para pedir licença, muito utilizado nas religiões de matriz africana.

2 Palavra utilizada nos terreiros de candoblé que faz alusão à circularidade da dança ao celebrar as divindidades. Circulo que não se finda.

3 Palavra Iorubá que significa Terra.

Entendo que o mundo é complexo, que muitas coisas podem fugir da nossa alçada. Sei que estamos inseridos em uma sociedade diversa e, por isso, encontramos alguns entraves nas relações entre os sujeitos. A valorização do individualismo, nas relações sociais, tendem a dificultar o olhar plural e empático. Acabamos por não olhar mais para o outro e enxergar neste aquilo que pode e deve nos unir, reforçamos somente o que nos separa como bem pontua Santos (2001) "a globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva de cada um por si e [...] reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada" (p. 65). Contudo, aqui, seguiremos sempre lutando com as nossas contradições para lidar com as situações cotidianas, as quais nem sempre são fáceis, mas podem ser atenuadas.

Diante do exposto e dialogando com pressupostos teóricos voltados à educação plural, gestão democrática, respeito à diversidade, alteridade, equidade trago possibilidades para uma gestão com responsabilidade social, que atue de forma responsiva e ética, frente às necessidades coletivas e individuais quando assim for necessário, considerando sempre a humanização nas relações e tendo como objetivo principal a justiça social hooks (2020).

Como gestão escolar decolonial, é fundamental desenvolver um trabalho voltado à construção e florescimento de um espaço democrático, no qual todas e todos exerçam seu direito à voz, uma vez que já a têm, só precisam utilizá-la. Para tanto, é fundamental que os agentes sintam-se responsivos no processo educacional, cientes de suas atribuições, direitos e deveres. A direção precisa ser responsável, em parceria com a coordenação, pela formação dos formadores e equipe desta unidade, participando, sempre que possível de todos os momentos, de forma ativa do processo de construção de espaços de formação continuada, sem se furtar da empreitada tão importante e cara à educação pública e seus

educadores. Importante buscar possibilidades para que a educação seja sempre em um viés emancipatório, de formação social e crítica. O gestor precisa buscar trabalhar fundamentada nas diretrizes educacionais, documentações oficiais, legais, e, sobretudo, nos princípios de equidade, alteridade e respeito, sem nunca esquecer sua responsabilidade enquanto yalodê[4] e buscando auxiliar as educadoras e os educadores da unidade no cumprimento das suas.

A gestão que se entende decolonial precisa buscar que os educadores da unidade, nesse processo de construção, entendam que essa formação social, dos agentes[5] da unidade, perpassa por princípios "éticos, estéticos e políticos" (São Paulo, 2019, p. 12), indo ao encontro do que afirma as Orientações Didáticas do currículo da Cidade (2019), sobre atuação afirmando que:

> [...] mobilizar uma equipe de profissionais para a reflexão e transformação da prática, exige da gestão escolar esforços no sentido de se constituir como liderança, dentro de princípios democráticos: liderar uma equipe que tem voz, reflete sobre sua ação educativa e se responsabiliza por um projeto de escola que proporcione o desenvolvimento do potencial de cada estudante na perspectiva da Educação Integral (p.17).

Ademais, é de extrema relevância que foquemos na Laicidade da educação e que nos atentemos às diferenças inerentes à constituição humana. Somos seres plurais, etnicamente, racialmente, nas relações de gênero, religião, etc. O respeito a essa premissa nos

4 Nome empregado nas sociedades Iorubas à mais velha, aquela que cuida e deve buscar as trocas e negócios para a sua comunidade.

5 Utilizo o conceito de agência relacional e transformativa, na primeira, o sujeito se envolve na atividade, auxilia o outro, sempre agindo em consonância com as ações dos outros, na segunda, o participante busca meios de transformar o que está posto em vias de atender à comunidade. A agência transformativa vai expandir para além do que está posto, a partir da contradição e colaboração crítica, ampliar/transformar sua atuação (Ninin; Magalhães, 2017).

move enquanto sociedade e nos possibilita almejar um futuro mais pleno a nossa população, que tem agonizado pelos extremismos e a falta de respeito. Precisamos nos humanizar para as relações de raça, gênero e religiosas. Vale ressaltar, a quem me lê, que quando falo de raça, estou fundamentada na identidade social de raça[6] , um conceito relacionado à Linguística Aplicada e nas relações sociais, não biológicas. É preciso que no xirê decolonial a gestão busque aplicar as leis 10.639/03 e 11.645/08, que alteraram a LDB em todas as esferas curriculares, visto que o silenciamento dessas culturas é uma marca colonial em nossa sociedade, ademais, irá discutir as questões de gênero, idadismo, xenofobia, pessoas com deficiência, etc.

Outrossim, é parte desse fazer, repensar os tempos e espaços educacionais, junto ao grupo, construir, colaborativamente, diferentes espaços num contexto educativo, nos quais as múltiplas linguagens (plástica, corporal, musical, teatral, verbal, gráfica, etc.), sejam uma realidade, o que implica aplicar as verbas de forma coerente, transparente, democrática e responsável, sempre visando um espaço educacional, salubre, feliz, motivador e seguro para nossas crianças, adolescentes, jovens educadores e famílias, cuidando da escola, ouvindo os segmentos e também utilizando as verbas para manutenção, adequação e aproveitamento das estruturas da unidade, que são várias.

A decolonialidade em processo de sair da denúncia e se tornar parte do fazer, precisa ir ao encontro da confluência que, segundo Bispo (2023), é a energia que encaminha ao compartilhamento, em suas palavras "um rio não deixa de ser rio, porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e

6 A autora Aparecida de Jesus Ferreira discute em seus trabalhos que o conceito de raça é socialmente construído, o que faz com que ele não tenha nenhuma fundamentação biológica, mas que, ainda assim, seja parâmetro para a estereotipização de grupos historicamente excluídos na sociedade brasileira com base em fenótipo, etnia, gênero e classe.

outros rios, ele se fortalece" (p. 15), nesta linha é preciso buscar, em todos os segmentos (o que pressupõe separação) algo que nos una enquanto comunidade que tem em seu horizonte um objetivo compartilhado, independente das nossas diferenças, as quais sempre irão existir, que sejamos um corpo que entende a necessidade de cada membro. Sinto, fortemente, que temos conseguido ser uma comunidade de aprendizagem, independente das diferenças, entendemos o que nos une: a Educação. Iniciamos com uma chegança diferenciada aos educadores e educadoras da unidade. Recepcionaremos os estudantes com diálogo, música, fotos, cuidado. Os pais serão ouvidos e formados, pois essa é uma responsabilidade da escola. A educação precisa de contato, diálogo, construção. A educação é feita de gente, pessoas precisam de afeto.

Finalizo este ensaio, certa de que as intenções e anseios postos aqui são parte de uma educação pública de qualidade. Tenho feito e continuarei a desempenhar meu papel de diretora educacional da melhor forma possível, em vistas da qualidade social da educação e de uma escola cujos profissionais entendam que refletir o processo educacional é uma premissa e deve ser um ato consciente que pode e deve transformar nossas ações (Liberali, 2012).

"É preciso uma aldeia para se educar uma criança", construamos uma aldeia com relações compartilhadas que se alimentem na força que nos torna quem somos, nossa humanidade.

Referências

FERREIRA, A. J. **Identidades sociais de raça, etnia, gênero e sexualidade: práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

HOOKS, B. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. Tradução: Bhuvi Libânio. São Paulo: Elefante, 2020. 288 p.

LIBERALI, F. Formação crítica de educadores: questões fundamentais. Coleção **Novas Perspectivas em Linguística Aplicada**, v. 8, 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

NININ, M. O. G.; MAGALHÃES, M. C. C. Colaboração crítica no desenvolvimento da agência de professores de ensino médio em serviço. **Alfa**, rev. linguíst. (São José do Rio Preto) [online], 2017, v. 61, n. 3, p. 625-652. ISSN 0002-5216. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1981-5794-1711-7.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade: Ensino Fundamental**. São Paulo: SME / COPED, 2019.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Orientações didáticas: Currículo da cidade**. São Paulo: SME / COPED, 2019.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALSH, K. Gritos, greta e semeaduras de vida. *In:* **Entre-linhas: Educação, fenomenologia e insurgência popular**. Salvador: EDUFBA, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar**. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados. Acesso em: 23 set. 2020.